

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 532.787 - SC (2019/0271954-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PEDRO HENRIQUE PIRO MARTINS - SP349735
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : WAGNER AMERICO CLARINDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de WAGNER AMERICO CLARINDA contra decisão monocrática proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado em Execução n. 0005277-30.2019.8.24.0020).

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Criminais de Criciúma/SC declarou remidos 52 dias de pena do paciente por sua aprovação em quatro das cinco áreas de conhecimento no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, referente ao ensino fundamental, com fulcro no art. 126, § 1º da Lei de Execução Penal c/c a Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça.

Inconformada, a Defensoria Pública interpôs agravo em execução perante a Corte estadual, alegando que o apenado faz jus à remição total de 104 dias, tendo em vista que a referida Recomendação do CNJ prevê ao aprovado no certame a remição de 50% da carga horária estabelecida legalmente para o nível fundamental, que corresponde a 1.600 horas.

Entretanto, a Quarta Câmara Criminal do Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 54):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO PELO ESTUDO. APROVAÇÃO PARCIAL NO EXAME NACIONAL

Superior Tribunal de Justiça

PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS (ENCCEJA). RECURSO DEFENSIVO.

DISCUSSÃO ATINENTE AO NÚMERO DE DIAS REMIDOS. APENADO APROVADO EM QUATRO ÁREAS DE CONHECIMENTO. INCIDÊNCIA DA RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, RESOLUÇÃO N. 3/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E ART. 126, § 1º, I, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DE 52 (CINQUENTA E DOIS) DIAS EM RAZÃO DA APROVAÇÃO EM 4 (QUATRO) ÁREAS DE CONHECIMENTO. OPERAÇÃO IRRETOCÁVEL. DECISÃO MANTIDA.

"A Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça prevê que a base de cálculo para fins de remição nas hipóteses de aprovação de apenados no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) deve respeitar o parâmetro de 50% da carga horária legalmente definida para cada nível de ensino. Em seguida, pormenoriza numericamente qual a carga horária legalmente estabelecida em cada caso – 1600 (mil e seiscentas) horas, em se tratando de ensino fundamental, e 1200 (mil e duzentas) horas, em se tratando de ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio –, reproduzindo a previsão contida no art. 4º, incisos II e III, da Resolução n. 03/2010 do Conselho Nacional de Educação, que institui a duração dos cursos para a educação de jovens e adultos" (Agravado de Execução Penal n. 0004357-07.2016.8.24.0038, de Joinville, rel. Des. Paulo Roberto Sartorato, j. em 2/8/2016).

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Ressalta, em seu acórdão, que a Resolução n. 3/2010 do Conselho Nacional de Educação aponta duração mínima de 1.600 horas para a conclusão do ensino fundamental e, conforme a Recomendação n. 3/2010, apenas metade desse período pode ser computado no caso de aprovação parcial no ENCCEJA. Assim, as 800 horas devem ser divididas por 12, que é a quantidade de horas de frequência escolar exigidas para remir 1 dia de pena, o que gera um total de 66 horas para as cinco áreas de conhecimento cobradas no exame, de modo que cada área corresponde, então, a 13 dias de remição (e-STJ fl. 58).

Superior Tribunal de Justiça

Conclui que, como o impetrante obteve êxito em quatro áreas de conhecimento, faz jus, portanto, à remição de 52 dias, nos termos de seus precedentes e da decisão correta do Juízo *a quo* (e-STJ fls. 58/60).

Na presente impetração, a Defensoria Pública, por sua vez, alega que a controvérsia quanto ao direito de remição pelo ENCCEJA, na porcentagem de 50% da carga horária definida legalmente para o ensino fundamental, se dá por conta da ambiguidade da redação do art. 1º, inciso IV, da Recomendação n. 44/2013 do CNJ, que não deixa claro *se as 1600 horas para o ensino médio representam a totalidade ou 50% da carga horária legalmente prevista* (e-STJ fl. 8).

Salienta, porém, que a dúvida deve ser resolvida em favor do apenado, consultando-se a Lei n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que remete o cálculo aos quatro últimos anos do nível fundamental, com carga horária mínima anual de 800 horas. Tal lei, associada à Recomendação do CNJ e a precedentes desta Corte Superior, permite concluir que: *a) a carga horária mínima para o ensino fundamental II nacional é de 3.200 horas (4 anos X 800 horas); e b) 50% da carga horária mínima para o ensino médio equivale a 1.600 horas* (e-STJ fls. 8/9).

Constata, dessa forma, o equívoco no acórdão impugnado quando concluiu erroneamente que 50% da carga horária do ensino médio corresponderia a 800 horas, em vez de 1.600, ou seja, 50% sobre 50%. E, por conseguinte, como 12 horas de estudo equivalem à remição de 1 dia de pena, constata-se que as 1.600 horas de estudos relacionadas à conclusão do ensino fundamental devem remir 133 dias de pena (e-STJ fl. 10).

Calcula, então, que, em razão de ter sido aprovado em quatro campos de conhecimento, o paciente tem direito a 104 dias remidos, e não somente 52 dias, conforme decidiu equivocadamente a magistrada de primeiro grau (e-STJ fl. 10).

Diante do exposto, pleiteia, em liminar e no mérito, o

Superior Tribunal de Justiça

reconhecimento da remição de 104 dias de pena decorrentes da aprovação parcial (quatro áreas) no ENCCEJA.

Deferido o pleito liminar (e-STJ fls. 67/71), opinou o Ministério Público Federal pela concessão da ordem, em parecer assim ementado (e-STJ fls. 81/86):

Há flagrante ilegalidade, razão pela qual faz-se necessária a concessão da ordem do ofício.

O artigo 126 da Lei de Execução Penal assim dispõe:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011).

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de: (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011) I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação

profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011) II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

(Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011) § 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011) § 3º Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011) § 4º O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011) § 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011) § 6º O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011) § 7º O disposto

Superior Tribunal de Justiça

neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011) § 8º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.

Já a Recomendação de n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura, assim versa:

Art. 1º Recomendar aos Tribunais que:

I - para fins de remição pelo estudo (Lei nº 12.433/2011), sejam valoradas e consideradas as atividades de caráter complementar, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação nas prisões, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, entre outras, conquanto integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional local e sejam oferecidas por instituição devidamente autorizada ou conveniada com o poder público para esse fim;

II - para serem reconhecidos como atividades de caráter complementar e, assim, possibilitar a remição pelo estudo, os projetos desenvolvidos pelas autoridades competentes podem conter, sempre que possível:

- a) disposições a respeito do tipo de modalidade de oferta (presencial ou a distância);*
- b) indicação da instituição responsável por sua execução e dos educadores e/ou tutores, que acompanharão as atividades desenvolvidas;*
- c) fixação dos objetivos a serem perseguidos;*
- d) referenciais teóricos e metodológicos a serem observados;*
- e) carga horária a ser ministrada e respectivo conteúdo programático;*
- f) forma de realização dos processos avaliativos;*

IV - na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente

Superior Tribunal de Justiça

para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio;

Veja-se a preocupação do legislador em buscar a ressocialização do apenado, em especial, com o estudo.

No caso dos autos, resta verificado que o Paciente foi aprovado no ENCCEJA, nos termos da Recomendação nº 44 do CNJ. Assim faz jus à remição de pena.

Nesse mesmo sentido, esse Superior Tribunal de Justiça sedimentou o seu posicionamento, no que tange a leitura pelos apenados.

Veja-se:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA. APROVAÇÃO PARCIAL NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM. INCENTIVO AO ESTUDO. CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - LEP. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. UTILIZAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça tem admitido que a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado encorajando inclusive, como no caso concreto, seu estudo por conta própria e consequente aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça buscando, primordialmente, a readaptação do apenado ao convívio social. Precedentes.

A Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de

Superior Tribunal de Justiça

1.600 horas para o ensino fundamental, e 1.200 horas para o ensino médio, que se refere ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino. Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir o esse total por 12, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do ENEM. Na hipótese, como o paciente obteve aprovação em apenas uma dentre as cinco áreas de conhecimento do ENEM, a remição deve corresponder à 20 dias.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reconhecer o direito do paciente à remição de 20 dias de pena, considerando sua aprovação em uma área de conhecimento do ENEM.

(HC 421.176/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018)

Assim, resta verificada a flagrante ilegalidade, em razão da não homologação de remição por estudo.

Por fim, ressalta-se que indeferir tal remição é fomentar inversamente a ressocialização do apenado.

III - CONCLUSÃO

Do exposto, o Ministério Público Federal pugna pela concessão da ordem para determinar que seja computado, para fins de remição penal, a aprovação do ENCCEJA, nos termos da Recomendação de nº 44/CNJ.

É o relatório. **Decido.**

O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, exemplificativos dessa nova orientação das Cortes Superiores do País:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO EM CONCURSO DE PESSOAS E COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO PACIENTE. MODUS OPERANDI. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Primeira Turma do col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso ordinário (v.g.: HC 109.956/PR, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 11/9/2012; RHC 121.399/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 1º/8/2014 e RHC 117.268/SP, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 13/5/2014). As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do writ substitutivo em detrimento do recurso adequado (v.g.: HC 284.176/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 2/9/2014; HC 297.931/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 28/8/2014; HC 293.528/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 4/9/2014 e HC 253.802/MG, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 4/6/2014). II - Portanto, não se admite mais, perfilhando esse entendimento, a utilização de habeas corpus substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração. Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício. (...). Habeas corpus não conhecido. (HC 320.818/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 27/5/2015).

HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DO RECURSO CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. DOSIMETRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REGIME INICIAL FECHADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS.

1. O habeas corpus tem uma rica história, constituindo garantia

Superior Tribunal de Justiça

fundamental do cidadão. Ação constitucional que é, não pode ser o writ amesquinhado, mas também não é passível de vulgarização, sob pena de restar descaracterizado como remédio heroico. Contra a denegação de habeas corpus por Tribunal Superior prevê a Constituição Federal remédio jurídico expresso, o recurso ordinário. Diante da dicção do art. 102, II, a, da Constituição da República, a impetração de novo habeas corpus em caráter substitutivo escamoteia o instituto recursal próprio, em manifesta burla do preceito constitucional. Igualmente, contra o improvimento de recurso ordinário contra a denegação do habeas corpus pelo Superior Tribunal de Justiça, não cabe novo writ ao Supremo Tribunal Federal, o que implicaria retorno à fase anterior. Precedente da Primeira Turma desta Suprema Corte. [...]. (STF, HC n. 113890, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julg. em 3/12/2013, DJ 28/2/2014).

Assim, de início, incabível o presente *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Da análise dos autos, verifica-se que o Juízo das Execuções declarou remidos 52 dias de pena do paciente por sua aprovação em quatro das cinco áreas de conhecimento no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, referente ao ensino fundamental, com fulcro no art. 126, § 1º da Lei de Execução Penal c/c a Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça.

A Corte de origem negou provimento ao agravo em execução lá interposto, mantendo o *decisum* da instância primeira sob os seguintes fundamentos, *in verbis* (e-STJ fls. 54/61):

Presentes os pressupostos de admissibilidade, o recurso merece ser conhecido.

Na espécie, no curso da execução penal, o apenado teve remidos 52 (cinquenta e dois) dias, por ter obtido êxito na aprovação parcial no ENCCEJA, em 4 (quatro) matérias de conhecimento, sendo 13 (treze) dias por cada uma delas (fls. 247-249 –

Superior Tribunal de Justiça

SAJ5/PG).

A controvérsia cinge-se ao quantum de dias a serem remidos.

A remição pelo estudo, apesar de amplamente já reconhecida em sede doutrinária e pelos tribunais pátrios, passou a ser expressamente prevista na Lei de Execução Penal no ano de 2011, com a alteração da redação do art.

126, caput, promovida pela Lei n. 12.433/2011, in verbis:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; [...]

No ano de 2013, o Conselho Nacional de Justiça regulamentou a remição pelo estudo, dispondo sobre "atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura", tratando especificamente do Exame Nacional do Ensino Médio, no art. 1º, IV, da Recomendação n. 44/2013:

Art. 1º Recomendar aos Tribunais que:

[...]

IV - na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio; (grifou-se).

Aduz o agravante, em síntese, que a Lei n. 9.394/96 – que

Superior Tribunal de Justiça

estabelece as diretrizes e bases da educação –, prevê carga horária mínima de 2400 horas para o ensino médio e que, portanto, a aprovação no ENEM em todas as etapas de conhecimento implica na remição de 100 dias da pena, aos quais deve ser acrescido, ainda, 1/3 (um terço), na forma do art. 126, § 5º, da LEP.

In casu, contudo, a despeito da argumentação defensiva ter sido baseada na carga horária do "ensino médio" e na aprovação no "ENEM", como bem pontuado pelo órgão de execução do Ministério Público, "o apenado realizou e foi aprovado em exame do ensino fundamental e não do ensino médio como aduziu a defesa. Assim, a elaboração do cálculo deve ocorrer a partir de 50% da carga horária do ensino fundamental" (fl. 22).

Nessa senda, conforme a Resolução n. 03/2010, art. 9º, I, do Conselho Nacional de Educação, verifica-se que a conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos tem duração mínima de 1.600 (mil e seiscentas) horas e, consoante determinação do art. 1º, IV, da Recomendação n. 44/13, somente metade desse período pode ser computado para remição, totalizando 800 (oitocentas) horas de estudo.

Para chegar ao valor correto da remissão, as 800 (oitocentas) horas devem ser divididas por 12 (doze), que é a quantidade de horas de frequência escolar necessárias para remir 1 (um) dia de pena, de acordo com o art. 126, § 1º, I, da LEP, o que gera um total de 66 (sessenta e seis) horas.

Assim, considerando que a Certificação do Ensino Fundamental pelo ENCCEJA é estruturada em quatro provas objetivas e uma redação, resultando em cinco áreas de conhecimento, o total de 66 (sessenta e seis) dias remidos devem ser divididos por cada uma dessas áreas, resultando em 13 (treze) dias de remição em relação a cada uma daquelas em que o apenado for aprovado.

Na hipótese, o reeducando logrou aprovação em quatro áreas de conhecimento, consoante ofício encaminhado pelo diretor do estabelecimento prisional (fl. 241 – SAJ5/PG), fazendo, dessa forma, jus à remição de 52 (cinquenta e dois) dias, no exato montante declarado na decisão objurgada (fls.

247-249 – SAJ5/PG).

Acerca do tema, colhe-se da jurisprudência desta Corte de Justiça:

[...]

Dessarte, inviável o deferimento do pleito de majoração dos dias remidos, uma vez que concedidos, pelo juiz a quo, corretamente, 52 (cinquenta e dois) dias de remição, em razão da aprovação em quatro áreas de conhecimento do ENCCEJA.

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, considerando que o agravante não obteve êxito total, mas apenas parcial, incogitável a aplicação da bonificação de 1/3 (um terço) prevista no art. 126, § 5º, da Lei de Execução Penal.

Ante o exposto, o voto é no sentido de conhecer do recurso e negar-lhe provimento.

No presente *mandamus*, sustenta a impetrante que o apenado faz jus à remição da pena equivalente a 104 dias, em decorrência de sua aprovação em quatro das cinco áreas de conhecimento no ENCCEJA, referente ao ensino fundamental

Com razão, senão vejamos.

A LEP disciplina a remição em caso de estudo, da seguinte forma:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011).

*§ 1º A contagem de tempo referida no **caput** será feita à razão de: (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011)*

***I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar** - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;*

[...]

*§ 5º **O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.***

Segundo a Lei n. 9.394/1996 (art. 24, I), a carga horária total do ensino fundamental corresponde a 3.200 horas.

Superior Tribunal de Justiça

A base de cálculo, para o caso de o apenado não frequentar curso regular, mas estudar por conta própria, é de 50%, ou seja, 1.600 horas, no caso de estudo fundamental, conforme art. 1º, IV, da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é, efetivamente, no sentido de que a carga horária de 50% para o ensino fundamental corresponde a 1.600 horas.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. REMIÇÃO DA PENA. APROVAÇÃO NO ENEM. INCENTIVO AO ESTUDO. CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - LEP. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. UTILIZAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça - STJ tem admitido que a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado encorajando, inclusive, como no caso concreto, seu estudo por conta própria e consequente aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça, buscando, primordialmente, a readaptação do apenado ao convívio social. Precedentes.

2. A Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de 1.600 horas para o ensino fundamental, e 1.200 horas para o ensino médio, que se refere ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino. Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir esse total por 12, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do ENEM.

Na hipótese, como o paciente obteve aprovação em duas áreas de conhecimento do ENEM, a remição deve corresponder à 40 dias.

3. Agravo desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no HC 464.410/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 08/11/2018)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA. APROVAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM. INCENTIVO AO ESTUDO. CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - LEP. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. UTILIZAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça tem admitido que a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado encorajando inclusive, como no caso concreto, seu estudo por conta própria e consequente aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça buscando, primordialmente, a readaptação do apenado ao convívio social. **Precedentes. A Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de 1.600 horas para o ensino fundamental, e 1.200 horas para o ensino médio, que se refere ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino.** Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir esse total por 12, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do ENEM. Na hipótese, como o paciente obteve aprovação em todas as cinco áreas de conhecimento do ENEM, a remição deve corresponder à 100 dias. Ademais, o respectivo artigo prevê ainda em seu § 5º que o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 no caso de conclusão do ensino médio durante o cumprimento da pena, razão pela qual o

Superior Tribunal de Justiça

paciente deve ver remido 133 dias de sua pena.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reconhecer o direito do paciente à remição da pena, em razão de sua aprovação no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), no total de 133 dias.

(HC 424.780/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018)

Assim, conclui-se que as 1.600 horas devidas por 12 resultam em 133 dias remidos, que, acrescidos de 1/3 em caso de conclusão do ensino fundamental, equivalem a 177 dias de remição (na hipótese de aprovação nos cinco campos de conhecimento avaliados).

De acordo com a metodologia de cálculo acima explicitada, a aprovação em 1 (um campo) de conhecimento corresponde a 26,6 dias de remição.

No caso concreto, o sentenciado, que frequentou curso não regular de ensino fundamental, foi aprovado em 4 (quatro) campos de conhecimento dos 5 campos avaliados no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, o que lhe garante os 104 (cento e quatro) dias de remição postulados.

Existência, portanto, de constrangimento ilegal, a justificar a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, nego seguimento ao *habeas corpus*. Todavia, **concedo a ordem de ofício** para cassar o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e, em consequência, reconhecer o total de 104 (cento e quatro) dias remidos ao apenado.

Comunique-se, com urgência.

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

